

NOTA EDITORIAL

A Revista Direito.UnB do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) apresenta a sua nova edição à academia e aos profissionais jurídicos e os demais interessados nos assuntos.

O dossiê temático *Aviação Civil e Direito Espacial: aspectos regulatórios nacionais e internacionais* apresenta três artigos.

O primeiro intitulado “*Concessões no Setor Aeroportuário Brasileiro: Uma Análise de Concentração de Mercado*”, de autoria de Geovana Lorena Bertussi e Júlia Queiroz Maranhão de Oliveira, realizam uma análise empírica sobre a concentração das concessões aeroportuárias no Brasil. O trabalho adotou duas medidas para o grau de concentração: a primeira relacionada aos passageiros pagos embarcados e a segunda referente à carga paga embarcada. Segundo as autoras, o resultado foi de que o mercado passou de *amplamente* concentrado na segunda rodada de concessão para *moderadamente* concentrado na quinta rodada. O artigo revela existir maior grau de concentração na carga paga embarcada do que quando usado passageiros pagos embarcados.

No segundo artigo “*The Prevalence of The Montreal Convention After the 2017 STF Decision: What About Jurisdiction?*”, as autoras, Delphine Defossez e Janny Carrasco, analisam os possíveis impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2017, que encerrou a disputa relacionada ao conflito entre tratado internacional e norma nacional, com a decisão favorável à prevalência da Convenção de Montreal sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), na jurisdição. Destacam, ainda, que a Convenção de Montreal contém um artigo que regula a jurisdição em caso de atraso (artigo 33, § 1) e outro nos casos de morte ou lesão corporal (artigo 33, § 2) e afirmam que esta norma está em consonância com o artigo 21.º do Código de Processo Civil (CPC). O conceito de *forum non conveniens* é discutido neste trabalho.

O terceiro artigo aborda questões de direito internacional do Espaço Exterior. O artigo “*Tratado de Cooperação Espacial entre Brasil e Ucrânia: Reflexões sobre sua Criação e Extinção*” analisa criticamente ao longo da elaboração, criação e implantação da autarquia Alcântara Cyclone Space (ACS). Destacam os problemas relacionados aos conflitos socioambientais internacionais e igualmente questões administrativas por parte dos governos brasileiro e ucraniano. Isto levou a um resultado negativo, em face da

dificuldade da criação do Centro de Lançamentos necessário à consecução do projeto ACS.

A segunda parte deste dossiê contém quatro estudos jurídicos, a partir de abordagens interdisciplinares, relacionadas às linhas do programa de pós-graduação em direito.

O próximo texto trata do “Ativismo Judicial e Judicialização da Saúde: Impactos da Pandemia de Covid-19 no Judiciário Brasileiro, de autoria de Elenild de Góes Costa, Soraya Oliveira dos Santos, Josilene Botelho Moura e Sandra Maria de Medeiros. O artigo estuda a atuação ativista do poder judiciário diante da inércia do ente executivo em efetivar as políticas públicas de saúde em tempos de pandemia de Coronavírus. O resultado da pesquisa revela as relações de poder e as formas de atuação/não-atuação dos poderes durante a pandemia revelando os resultados para um movimento de cidadania judicial, com fundamento nos enunciados constitucionais.

O quinto artigo apresenta reflexões no contexto atual da pandemia e os reflexos no mundo do trabalho. O artigo intitulado “*Organização Política como Resistência à Precarização do Trabalho na Pandemia da Covid-19*”, de Francisco Meton Marques de Lima, Leticia Pereira Lima e Pollyanna Sousa Costa Tôrres, investigam os efeitos da pandemia no mundo trabalho, em especial estuda os trabalhadores por aplicativo, que além de não terem direito ao distanciamento e/ou isolamento social conforme as recomendações da OMS, segundo os autores, também não receberam, em sua amplitude enquanto categoria, equipamentos de proteção contra o novo coronavírus (máscaras faciais e álcool em gel, por exemplo). O resultado deste grave problema e as péssimas condições de trabalho, engendraram dois movimentos: a greve global dos motoristas em 08/05/2019 e a paralisação nacional dos entregadores em 01/07/2020.

O próximo artigo estuda “*O Caso Charlottesville, a Liberdade de Expressão e o Discurso de Ódio*”, dos autores Aduardo de Lima Catão e Elenita Araújo e Silva Neta. A principal discussão se refere à problemática entre os limites da liberdade de expressão e os reflexos do racismo institucional na atuação de grupos de extrema-direita (Unity and Security for America e Ku Klux Klan) e de defesa de minorias (Black Lives Matter). A pesquisa analisa o direito de liberdade de expressão e a origem do racismo institucional através da observância de diplomas legais (Alemanha, Estados Unidos e Brasil) com o objetivo de identificar os limites da liberdade de expressão e os reflexos do racismo institucional no Caso Charlottesville.

“*A Influência da Indumentária nas Representações Jurídicas - Relações De Poder e Gênero*”, de *Natália de Souza Lisbôa e Ana Carolina Silva* apresentam o problema referente à noção de como a dignificação da advocacia pela moda/estética colonial se fundamenta na história social e ocidental da moda e viola o postulado da liberdade que é intrínseco à profissão da advocacia, o que, por conseguinte, limita seu pleno exercício pleno. A partir de uma análise histórico-social, as autoras propõem uma leitura epistêmica da indumentária jurídica binária e hierárquica a partir do olhar do Sul Global pelo feminismo decolonial.

A Revista Direito.UnB agradece a contribuição das autoras e dos autores com a divulgação de seus artigos e pesquisas, aos pareceristas que contribuíram com a qualidade científica destes trabalhos pelo método da revisão por pares (duplo-cego) e à equipe técnica que enriquecem cada edição.

Inez Lopes

Editora-chefe

Revista Direito.UnB